



SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E IRRIGAÇÃO – SEAPI
DEPARTAMENTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA - DDA

Porto Alegre, 31 de maio de 2021

NOTA TÉCNICA: PERGUNTAS E RESPOSTAS - EVOLUÇÃO DO STATUS SANITÁRIO FEBRE AFTOSA

1) Quais os possíveis ganhos de mercado a partir da obtenção da certificação internacional? (fonte FUNDESA)

Os retornos mais rápidos ocorrerão na área da suinocultura, que já tem uma exportação expressiva, com acesso forte ao mercado Chinês, principal destino de carne suína e bovina.

Das 16 plantas habilitadas à China, no Brasil, 8 estão no RS (7 em SC e 1 no MT). Entretanto, só é permitida a exportação de carne gaúcha desossada, em função da vacinação. Costela, por exemplo, fica de fora, assim como os miúdos, sendo que a predileção chinesa é carne suína com osso, além dos miúdos estarem fortemente presentes no cardápio devido à cultura local.

Sendo assim, através dessas 8 plantas, estima-se que possam ser acrescidos aos embarques já realizados do RS, mensalmente, cerca de 4 mil toneladas de carne com osso e miúdos, com faturamento de U\$\$ 12-14 milhões de dólares, por mês. Inclusive, desde que se suspendeu a vacina, já foram enviados documentos traduzidos sobre todo o processo para obtenção do pleito às autoridades chinesas.

Ainda, ao longo do tempo, há que se trabalhar e buscar acesso a outros mercados como Chile, Japão, Coréia do Sul, Filipinas, EUA. Inclusive o acesso aos EUA já está aberto e o fornecimento de SC para exportações está crescendo. Também há situação de negociação estabelecida com o México e Canadá, mas que o RS, por enquanto, está fora por não possuir reconhecimento internacional.

Em relação à carne bovina e os lácteos, há que se ressaltar que não é só abertura de mercados, mas o RS precisa estar atrativo aos investimentos nas plantas existentes para que se adequem aos mercados mais exigentes. Até então, os investimentos eram direcionados à SC. A partir do reconhecimento, as empresas também passam a ter mais interesse no RS. Por exemplo, já há sinalização da JBS em investir R\$ 1,7 bilhões na modernização das plantas, a partir da certificação, assim como a BRF também está se movimentando nesse sentido.

A nova condição vai dar um *start* em um novo cenário de atratividade para investimentos e passa a estar no campo de visão das empresas.



SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E IRRIGAÇÃO – SEAPI
DEPARTAMENTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA - DDA

Outras demandas surgirão na bovinocultura, como possivelmente os mercados de material genético para a pecuária de corte, mas para isso, será necessária adequação, através de investimentos e capacitações para um processo de certificação que será demandado.

Há também uma possibilidade do RS ser o ponto inicial de exportação de produtos lácteos da Lactalis, não tanto em função da certificação da aftosa, mas principalmente em função das certificações de brucelose e tuberculose, que é um Estado que trabalha fortemente para o saneamento das propriedades.

2) Quais os requisitos para ingresso de animais no RS, a partir da certificação internacional?

De acordo com a IN MAPA nº 23, de 29 de abril de 2020, e a IN MAPA nº48, de 14 de julho de 2020:

- Bovídeos
 - Fica proibido o ingresso de animais vacinados contra febre aftosa no RS, exceto:
 - Bovídeos destinados diretamente ao abate, desde que transportados em veículos lacrados pelo SVO e encaminhados diretamente a estabelecimento de abate sob inspeção oficial;
 - Bovídeos destinados à exportação, desde que encaminhados diretamente para o estabelecimento pré-embarque autorizado pelo SVO e deste para o local de egresso do país (animais que não forem exportados deverão seguir diretamente para estabelecimento de abate)
 - Bovídeos NÃO vacinados poderão ingressar desde que provenientes de outra zona livre sem vacinação.
- Para as demais espécies suscetíveis à Febre Aftosa, desde que não vacinadas e procedentes de área livre, será permitido o ingresso desde que:
 - Tenham permanecido por no mínimo de 03 meses, ou tenham nascido e permanecido, em zona livre com vacinação, devendo ser transportados em carga lacrada pelo SVO, ingressar em local autorizado pelo SVO, estarem identificados individualmente e tenham sido submetidos a testes de diagnóstico com resultado negativo para febre aftosa em até 30 dias antes do embarque, de acordo com definições do MAPA.
 - Suínos procedentes de GRSC, de quarentenários oficiais ou de compartimentos para febre aftosa ficam dispensados da realização desses testes diagnósticos.



SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E IRRIGAÇÃO – SEAPI
DEPARTAMENTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA - DDA

3) Como a febre aftosa foi erradicada no RS?

As vacinas de alta qualidade contra a doença previnem a doença e a transmissão da infecção e aplicada de forma sistemática, obtendo alta cobertura vacinal e imunidade populacional, levam à extinção da doença. Com exceção do norte da região andina (Venezuela e sua fronteira com a Colômbia), não há mais registros de focos desde 2012 em países livres.

4) A vacinação é necessária para estar livre de febre aftosa?

A vacinação é uma ferramenta para controle de doenças que, quando alcançada a adequada imunidade populacional, através de programas de vacinação sistemáticos, é capaz de extinguir uma infecção. Uma vez que o vírus não circula mais, não há porque se manter a vacinação e outras ferramentas de prevenção se tornam mais importantes, para evitar os riscos de reintrodução do vírus.

A manutenção de um programa de vacinação que não esteja justificada por uma avaliação de risco, não só é altamente custosa para os pecuaristas, mas também é contraproducente como estratégia sanitária, pois revelaria que o país não tem certeza do real estado sanitário da população animal.

5) Podemos falar em risco zero?

Em relação ao risco interno, ou seja, a ameaça de que o vírus ainda circule na região, todas as informações coletadas pelos dados de vigilância passiva, estudos sorológicos e outras atividades, demonstram evidências robustas que, ao longo do tempo, não há circulação viral na América (com exceção da Venezuela, que não possui status reconhecido)

Tendo em vista que ainda existe um risco externo, nas Américas, representado pelo norte da Região Andina e, no Mundo, pelos sorotipos ainda existentes em outros continentes, não podemos falar em zero ameaça. Entretanto, manter a imunização, que protegeria contra apenas 2 sorotipos específicos, já erradicados no Brasil, não seria lógico, visto que não é possível prever, com certeza qual seria o sorotipo atuante em um eventual surto de febre aftosa, considerando os outros 4 existentes no mundo e suas variantes, além do fato de nenhum imunizante oferecer 100% de proteção (prova disso é que todos os últimos focos nas Américas ocorreram em zonas vacinadas).

Quando só resta o risco externo, a estratégia mais custo-efetiva é o fortalecimento das ações de prevenção e o controle da entrada de animais e produtos de origem animais nas fronteiras, bem como dos resíduos dos meios de transporte internacional, metodologia esta utilizada por 68 países no mundo, e 24 zonas em outros 11 países,



SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E IRRIGAÇÃO – SEAPI
DEPARTAMENTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA - DDA

livres de FA sem vacinação, com população de quase 100 milhões de animais. Apenas 2 países e 15 zonas em outros 7, são livres com vacinação.

6) Quais as estratégias que serão utilizadas pelo RS para manutenção do novo status?

O RS foi pioneiro no Brasil na implantação da vigilância baseada risco, ou seja, uma vez identificados os riscos de reintrodução da doença através de estudo, foram elaboradas ações para mitigação das ameaças, direcionando os esforços para aquelas áreas de maior risco. Sendo assim, municípios com maior pontuação de risco, recebem mais atenção do Serviço Veterinário Oficial (SVO). Além disso, a vigilância foi reforçada na fronteira pelo programa Sentinela, através do incremento de barreiras sanitárias e fiscalização de propriedades nessa região. Ainda, tem-se realizado diversas capacitações dos servidores e estruturação do SVO para uma adequada vigilância sanitária e o pronto atendimento à emergência.

Além disso, tem-se utilizado de estratégias para sensibilizar toda a cadeia produtiva (produtores, entidades representativas, profissionais e empresas do ramo), quanto a necessidade de evitar/denunciar a introdução irregular de animais e a notificação precoce de animais suspeitos. Há que se reforçar que o produtor é o maior responsável pela manutenção da sanidade do seu rebanho, visto que são as pessoas que estão, diariamente, em contato com os animais, necessitando seguir as recomendações estipuladas pelo SVO para evitar a reintrodução da doença ou possibilitar a detecção precoce, através da rápida notificação, diminuindo prejuízos.

Dessa forma, o SVO e setor privado compartilham as responsabilidades para preservar com segurança o status de país livre sem vacinação.

7) Quais os custos de ocorrer um foco de febre aftosa?

Os custos de contenção de um foco são extremamente variáveis, dependendo diretamente da velocidade com que a doença é detectada e notificada ao SVO e da velocidade de resposta do SVO para seu controle.

Além dos custos para contenção da doença, caso a doença seja de fato detectada, o país deve indenizar o produtor por cada animal abatido.

Neste sentido, o governo e o setor privado trabalham juntos para viabilizar a disponibilidade de recursos para indenizações e investimentos no serviço veterinário, que possam gerar tranquilidade para os produtores notificarem suspeitas, bem como manter uma capacidade de resposta eficiente do SVO.

8) Poderá ser utilizada vacina caso ocorra um foco?

É permitido que zonas livres sem vacinação utilizem a imunização para o controle de um foco de febre aftosa, sendo considerada como uma das ferramentas de contenção



SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E IRRIGAÇÃO – SEAPI
DEPARTAMENTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA - DDA

da doença, capaz de reduzir o número de animais expostos e evitar o sacrifício de um grande número de infectados e contatos.

Por outro lado, temos que considerar que um foco de febre aftosa pode ser causado por qualquer um dos 6 sorotipos virais e de seus subtipos atuantes nas zonas endêmicas de febre aftosa do mundo, sendo muito complexo para qualquer país, dispor de vacinas oportunamente e em quantidade suficiente para enfrentar uma situação de emergência. Sendo assim, é necessário que os países livres sem vacinação participam de Bancos de Antígenos e de Vacinas, onde são armazenados os antígenos de cepas de vacinas estratégicas mais efetivas para controlar um foco. Deste modo, tem-se um mecanismo de proteção sempre disponível para fornecer oportunamente as vacinas de emergência em tempo hábil diante de um foco.

Os 13 países participantes da COSALFA, incluindo o Brasil, acordaram em estabelecer as bases para a criação de um banco Regional de Antígenos e Vacinas (BANVACO), que com base em uma avaliação de risco, armazenará antígenos das vacinas mais representativas para enfrentar as cepas virais de febre aftosa de maior risco para a região das Américas. Será um seguro para reduzir os impactos frente a ocorrência da doença.